serviços solidários que garantam o seu bem viver, realimentando o próprio processo produtivo sob parâmetros ecologicamente sustentáveis. Acordos coletivos no interior das redes permitem ajustar estruturas de custos e de preços sob parâmetros que viabilizem a sua autopoiese, como uma alternativa à *lógica da escassez* que regula os preços nos mercados sob o binômio oferta e procura. Sob a lógica da escassez que regula os mercados, em que os agentes operam visando a obtenção de lucros ou outras vantagens privadas, a abundância na oferta tende a gerar uma queda de preços, que podem mesmo chegar abaixo dos custos de produção, situação, por exemplo, em que agricultores que produzem raízes são obrigados a deixar grande parte dos alimentos produzidos apodrecerem embaixo da terra - pois sob a lógica do mercado não haverá como cobrir os custos da operação de colheita -, embora preferissem realizá-la, sabendo que mais de um bilhão de pessoas vivem em condição de pobreza extrema no mundo e teriam interesse em consumir esses alimentos. As necessidades desse contingente famélico, entretanto, não operam como *demanda* sob a lógica de mercado, pois tal segmento não dispõe dos valores econômicos requeridos para realizar alguma troca por aquilo que satisfaça as suas necessidades. Assim, sob a lógica da escassez que regula os mercados, não há como viabilizar que populações famintas possam consumir toneladas de alimentos que irão apodrecer, estejam elas em outros continentes ou no interior do próprio país em que a abundância da produção - aumentando a oferta no mercado - inviabiliza a recuperação dos custos da própria colheita e, muito freqüentemente, do próprio plantio. Ainda sob essa mesma lógica da escassez, as taxas de juros elevadas forçam uma parte daqueles agricultores, que tenha contraído dívidas para o plantio, a vender parcelas de suas terras, visando saldar o empréstimo realizado, pois a supersafra obtida, graças à competência de seu trabalho produtivo e às condições ambientais favoráveis àquela lavoura, o impede de saldar as dívidas contraídas.

Pelo contrário, sob a perspectiva das *redes de colaboração solidária* trata-se pois, no campo econômico, de garantir a produção, a distribuição, o emprego ou o consumo das mediações materiais

necessárias à realização das liberdades públicas e privadas, eticamente balizadas. O princípio de diversidade implica na promoção da satisfação de demandas singulares, não em função do lucro, mas em razão do bem viver de cada uma e de todas as pessoas, compondo-se da melhor maneira possível o exercício solidário das liberdades. Como vimos, a conexão em rede do consumo e produção em laços de realimentação, com distribuição de renda, viabiliza economicamente a consistência e expansão desse sistema solidário (Mance:2.000:120-156).

Busca-se, portanto, integrar consumo, comercialização, produção e crédito em um sistema harmônico e interdependente, coletiva e democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades da reprodução sustentável do bem viver das pessoas em todas as suas dimensões, inclusive, nos âmbitos da cultura, arte e lazer.

Politicamente, as redes de colaboração solidária defendem a gestão democrática do poder, buscando garantir a todas as pessoas iguais condições de participar e decidir não apenas sobre as atividades de produção e consumo praticadas nas redes, mas também, nas demais esferas políticas da sociedade, visando combater toda forma de exploração de trabalhadores, expropriação de consumidores e dominação política ou cultural, enfatizando o valor da cidadania ativa na busca do bem comum e da cooperação entre os povos.

Ora, sendo a rede, em sua dimensão econômica, baseada no consumo e no trabalho solidários, ela se constitui simultaneamente como rede política, isto é, a rede econômica não pode sobreviver sem que seus membros assumam uma outra concepção sobre os princípios que regem a convivência entre as pessoas, particularmente, a superação do individualismo pelo colaboracionismo solidário, buscando a melhor maneira de compor o exercício coletivo e pessoal da liberdade. Sob a dinâmica das redes de colaboração solidária o desejo do outro em sua diferença implica, micropoliticamente, na ação de promover a realização das diversas singularidades, eticamente orientadas, do modo mais pleno possível. Macropoliticamente implica na transformação estrutural da sociedade, suprimindo a dicotomia entre o formulador da demanda social e o seu reformulador político, através de mecanismos

democráticos de autogestão pública, que a rede exercita na sua própria consistência. Com a promoção das liberdades pública e privada, o crescimento da rede amplia o seu poder político - em razão de aglutinar um segmento cada vez maior da sociedade em torno de sua proposta de sociedade pós-capitalista - o que permite a constituição de um novo bloco social, capaz de promover revoluções molares sustentadas por inúmeras revoluções micropolíticas de caráter molecular e de transformar a estrutura e a gestão dos governos e dos Estados.

No campo da informação e educação, as redes de colaboração solidária buscam promover da melhor maneira possível a circulação da informação e geração de interpretantes que não apenas permitam ampliar os conhecimentos de cada pessoa, suas habilidades técnicas e domínios tecnológicos ou a sua competência em produzir e interpretar novos conhecimentos necessários às tomadas de decisão em todas as esferas de sua vida, mas que, além disso, permitam recuperar a sensibilidade, a auto-estima e outros elementos de ordem ética e estética imprescindíveis à realização do bem viver de cada pessoa e de toda a coletividade.

Sob este aspecto, destaca-se a relevância de uma das propriedades inerentes à rede que é o ininterrupto fluxo de informações. Promovendo a livre interação comunicativa entre os participantes, garantindo a todos as mediações materiais para a emissão e recepção de mensagens a qualquer participante da rede, ela sustenta o fluxo solidário de informações relevantes para as decisões particulares sobre as questões que se colocam a seus membros. Também neste campo são requeridas mediações adequadas para atender, entre tantas outras, demandas educativas, de qualificação profissional, de desenvolvimento artístico e científico - condições necessárias ao exercício da liberdade de cada um e ao bem viver de todos.

Eticamente as redes de colaboração solidária promovem a solidariedade, isto é, o compromisso pelo bem viver de todos, o desejo do outro em sua valiosa diferença, para que cada pessoa possa usufruir, nas melhores condições possíveis, das liberdades públicas e privadas. Desejar a diferença significa acolher a diversidade, de etnias, de religiões

e credos, de esperanças, de artes e linguagens, em suma, acolher as mais variadas formas de realização singular da liberdade humana que não neguem as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Promover as liberdades significa garantir às pessoas as condições materiais, políticas, informativas e educativas para uma existência ética e solidária.

4. AS REDES SOLIDÁRIAS, COLABORANDO ENTRE SI, TORNARAM-SE UMA NOVA ESFERA DEMOCRÁTICA DO CONTRATO SOCIAL.

Gostaria de enfatizar ainda um pouco mais esse aspecto, já indicado anteriormente, sobre a emergência de uma nova esfera de contrato social que não é nem o mercado, nem o Estado, mas as Redes Solidárias. Como vimos, o consenso de que é preciso manter o equilíbrio dos ecossistemas e preservar a biodiversidade não surge na esfera do mercado ou do Estado, mas na esfera das redes de movimentos ecológicos e sociais que lutam em defesa das liberdades públicas de todas as gerações a terem direito a um ambiente saudável, a ecossistemas equilibrados, à diversidade da fauna e flora, a um planeta não poluído.

Do mesmo modo, o consenso sobre a necessidade de construirmos novos parâmetros para as relações de gênero, superando as diversas formas de opressão, discriminação e violência que atingem as mulheres não surgiram a partir do mercado ou do Estado, mas das redes que conectam os mais diversos movimentos feministas e de mulheres, entre muitos outros, em todo o mundo.

É importante destacar que não se trata de consensos *da* sociedade civil. De fato, há inúmeras organizações *na* sociedade civil que atuam no combate aos projetos emancipatórios. Há inúmeros institutos, movimentos e organizações na sociedade civil que agem em favor da manutenção de estruturas injustas e excludentes, porque delas, de algum modo, se beneficiam. É bastante comum que transnacionais - alvo de denúncias por práticas injustas em diversos países - organizem e financiem institutos de caráter social que, com efeito, não tem fins

lucrativos mas fins ideológicos. Seguramente esses institutos não combatem os interesses das empresas que os mantêm, mas atuam na sociedade civil para promovê-los: seja projetando uma boa imagem da empresa junto aos consumidores, consolidando uma valiosa sensibilidade social à sua logomarca, buscando parcerias com escolas e organizações comunitárias; seja financiando pesquisas sobre, por exemplo, as vantagens do tabagismo para o raciocínio ou as que comprovam que videogames violentos não interferem na subjetivação das crianças; seja, enfim, em inúmeras outras ações.

Não se trata, portanto, de consensos da sociedade civil, mas de consensos construídos na sociedade civil em redes que não se confundem com o Estado ou com o Mercado, embora delas também participem organizações políticas e empreendimentos econômicos.

A relação estratégica dessas redes com o Estado e o Mercado é complexa. A reconstrução solidária das cadeias produtivas permite um progressivo crescimento da autonomia das redes frente ao mercado e um maior fortalecimento da economia solidária. A construção de consensos entre segmentos cada vez maiores sobre a necessária democratização do Estado, permite a eleição e consolidação de um número cada vez maior de governos populares o que reforça também o próprio empoderamento da sociedade em seu controle sobre os orçamentos e as políticas públicas.

Neste contexto, a importância dos Fóruns Sociais Mundiais reside justamente na possibilidade de integração e realimentação das inúmeras redes que atuam na defesa das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, buscando assegurar a todas as pessoas as condições materiais, políticas, educativas e informativas requeridas ao seu bem viver. Na medida em que o poder dessas redes vai crescendo pela integração das diversidades nas práticas e consensos que vão sendo construídos solidariamente, será cada vez maior o seu empoderamento e a sua participação na condução dos governos nas diversas esferas, mediados por administrações e partidos políticos compromissados no avanço radical da democracia, isto é, no enraizamento da democracia junto aos setores da sociedade que a defendem como meio para a promoção das liberdades e do bem viver de todos.

CONCLUSÃO

Não apenas um outro mundo é possível. Esse outro mundo já está brotando em inúmeros lugares, nas práticas mais diversas centradas na solidariedade, que visam promover as liberdades responsáveis, enfrentando as diversas formas de opressão, exclusão e injustiças. Na construção da democracia horizontal, trata-se de avançar no fortalecimento e expansão de redes solidárias, na criação de novas redes com esse caráter, na sua integração colaborativa com outras tantas em âmbitos locais, regionais e globais, acolhendo as diversidades que não reneguem as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Em seu atual estágio de organização e crescimento essas redes demonstram o potencial de superar estruturas opressivas e excludentes das sociedades contemporâneas. A efetivação dessa consistência, contudo, supõe um movimento livre de adesão do conjunto das redes a estratégias de colaboração solidária. Neste sentido, os Fóruns Sociais Mundiais possuem uma forte capacidade conectiva, cabendo avançar estrategicamente nos fluxos de informação, produtos, serviços, tecnologias e valores, realimentando o conjunto das redes. Muitas redes e organizações solidárias já se deram conta desse potencial coletivo, revolucionário, capaz de democratizar a economia, a política e a cultura, afirmando-se novos padrões para o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável, que integra o local e o global de maneira aberta e fecunda. A maior parte das organizações que atuam nesse campo, entretanto, ainda não se apercebeu desse potencial de transformação estrutural e continua agindo sem encadear as conexões necessárias para potencializar a sinergia que essa integração é capaz de gerar. O avanço coletivo dessa consciência e dessa tomada de posição histórica em favor de uma colaboração solidária, capaz de fazer emergir essa nova consistência, promovendo a expansão das liberdades públicas e privadas é, todavia, parte integrante do próprio processo em curso da revolução das redes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. São Paulo, Cultrix, 1997

CIVITAS (org). *World Social Forum - la globalizzazione orizzontale*. Civitas-Onimondo, Padova, 2000

GRAJEW, Oded. "*Da utopia à realidade: um outro mundo é possível*". In: Caros Amigos. Especial, N.8, mar 2001.

GUATTARI, Félix. "*Subjetivação Subversiva*" in *Teoria e Debate*, (12):60-64 nov 1990

MANCE, Euclides André. "*Algumas Considerações Sobre o Exercício Ético da Liberdade em Face do Capitalismo Globalizado*". Comunicação apresentada no I Corredor das Idéias, em Punta del Leste, Uruguai, em 1998: http://www.milenio.com.br/mance

MANCE, Euclides André. *A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual*. Editora Vozes, Petrópolis, 2000

MORIN, Edgard e LE MOIGNE, Jean-Louis. *A Inteligência da Complexidade*. Ed. Fundação Peirópolis, São Paulo, 2000

SADER, Emir. "*De Seattle a Porto Alegre e depois*" In: *Caros Amigos*. Especial, N.8, março 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. Ed. Loyola, São Paulo, 1993.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego - Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo, Editora Contexto, 1998